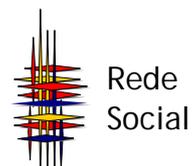


REDE SOCIAL
CONCELHO DA MARINHA GRANDE
2010

1ª ADENDA AO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Dezembro 2010

REDE SOCIAL
MARINHA GRANDE



PREÂMBULO

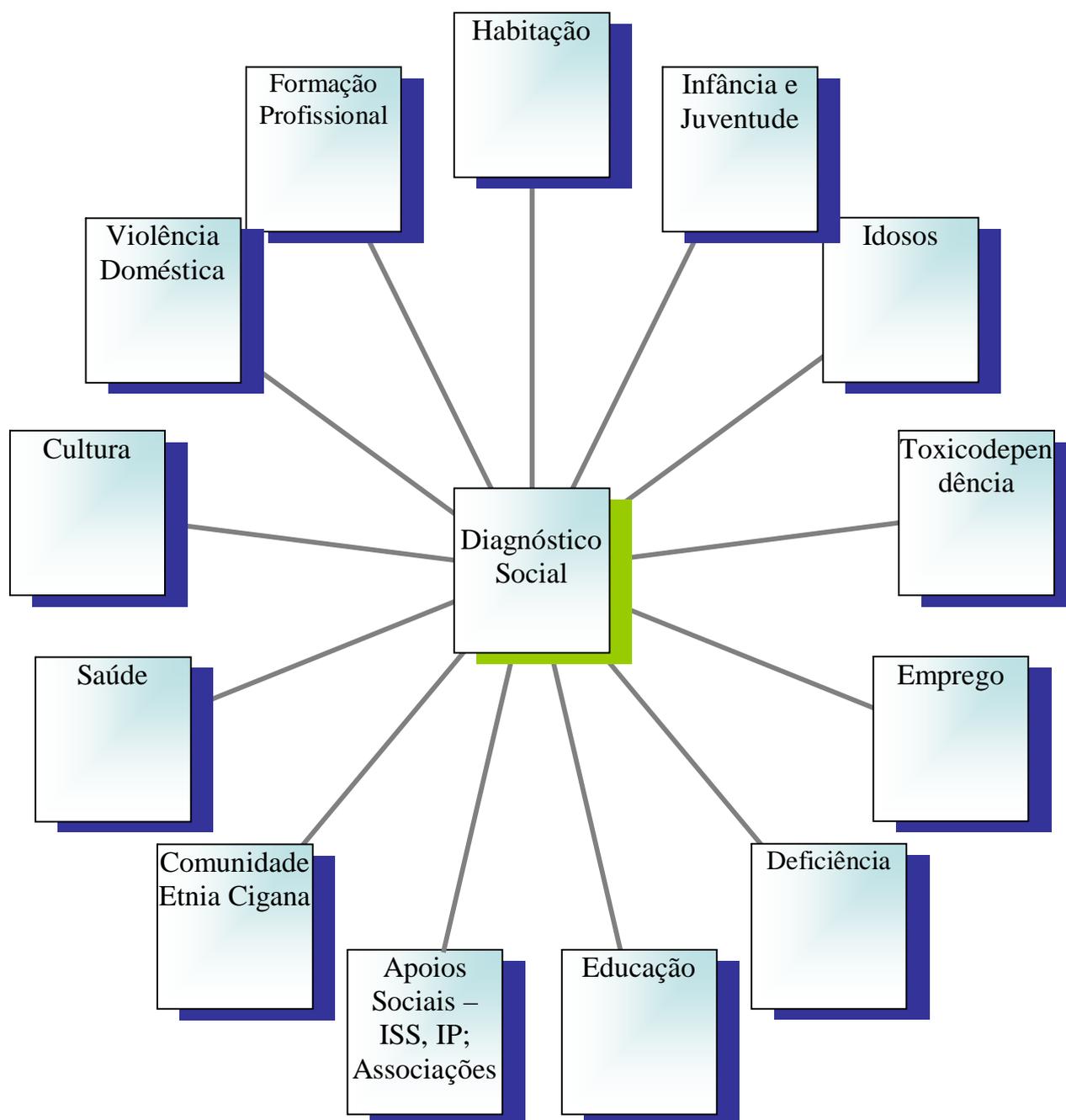
O presente documento pretende ser uma rectificação e actualização do Diagnóstico Social aprovado em reunião de CLAS de 26 Maio de 2010.

As rectificações consistem em:

1. Alteração do Eixo 8 - Infância para Eixo 8 - Infância e Juventude, incluindo a informação disponibilizada pela CPCJ;
2. Eliminação do Eixo 9 - CPCJ - Infância e Juventude;
3. Inclusão da Violência Doméstica como Eixo 9, considerando-o Prioridade II;
4. Inclusão de dados do Centro de Saúde no Eixo 3 - Saúde;
5. Inclusão/rectificação de dados no Eixo 13 - Apoios Sociais;
6. Inclusão de dados do ISS, IP.

I - OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Com base na presente adenda, as dimensões de análise são:



6. SAÚDE

De acordo com o artigo nº64 da Constituição Portuguesa, todos os cidadãos têm direito à protecção da saúde, o dever de a defender e promover na sociedade.

No nosso país, o direito à protecção da saúde é realizado por intermédio de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral que, considerando as condições socioeconómicas dos cidadãos, tende a ser gratuito.

Os Cuidados de Saúde Primários (CPS), em conformidade, assumem um papel fundamental no sistema de saúde português. Os Centros de Saúde, enquanto estruturas institucionalizadas, são unidades básicas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para o atendimento e prestação de cuidados de saúde à população local, ou seja, a promoção de saúde a prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

Outras unidades privadas, nomeadamente as clínicas, com fins lucrativos, visam também a promoção da saúde, no entanto nem todos os cidadãos lhe podem aceder, uma vez que o serviço é pago total ou parcialmente pelo utente.

Neste caso em particular, em que o alvo do Diagnóstico Social é o Concelho da Marinha Grande, os munícipes têm ao seu dispor uma vasta rede de serviços de saúde.

Equipamentos de Saúde	Quantidade
Centro de Saúde	1 com 3 extensões (Garcia, Moita e Vieira de Leiria)
Clínicas Privadas	5
Laboratórios de análises	6 + 2 (em clínica privada)
Laboratórios de Imagiologia	3 + 1 (em clínica privada)
Farmácias	8
Parafarmácia	1

De referir que muito embora existam 5 clínicas privadas, apenas uma tem serviço de internamento, que tal como as restantes tem uma vasta oferta de especialidades clínicas.

Relativamente ao Centro de Saúde, podemos aferir que no ano de 2009, existiam vários médicos e enfermeiros que salvaguardavam a saúde daqueles que os procuraram, tal como podemos verificar no quadro seguinte.

Centro de Saúde da Marinha Grande	Quantidade
Médicos de clínica geral	23
Médicos de Saúde Pública	3
Número de enfermeiros	27

No que se refere ao número de utentes do Centro de Saúde, de acordo com os dados disponibilizados a 31-12-2009, encontravam-se inscritos cerca 42859 utentes.

Relativamente ao número de utentes por médico de família, de acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Saúde, em 31-12-2009, verificamos que, em média, estavam inscritos por médico cerca de 1863 utentes.

Quanto ao número e ao tipo de consultas realizadas no ano transacto, verificamos que incidiram nas consultas aos adultos, tal como podemos verificar no quadro que se segue.

Centro de Saúde da Marinha Grande	Quantidade
Consulta a adultos	70051
Consultas de Saúde Materna	1603
Consultas de Planeamento Familiar	3427
Consultas de Planeamento Familiar a Adolescentes	369
Consultas de Saúde Infantil	5695
Consultas no Serviço de Atendimento Permanente (SAP)	47853
Consultas no Serviço de Atendimento à Gripe (SAG)	979
Consultas de Medicina Desportiva	188
Total de Consultas	130165

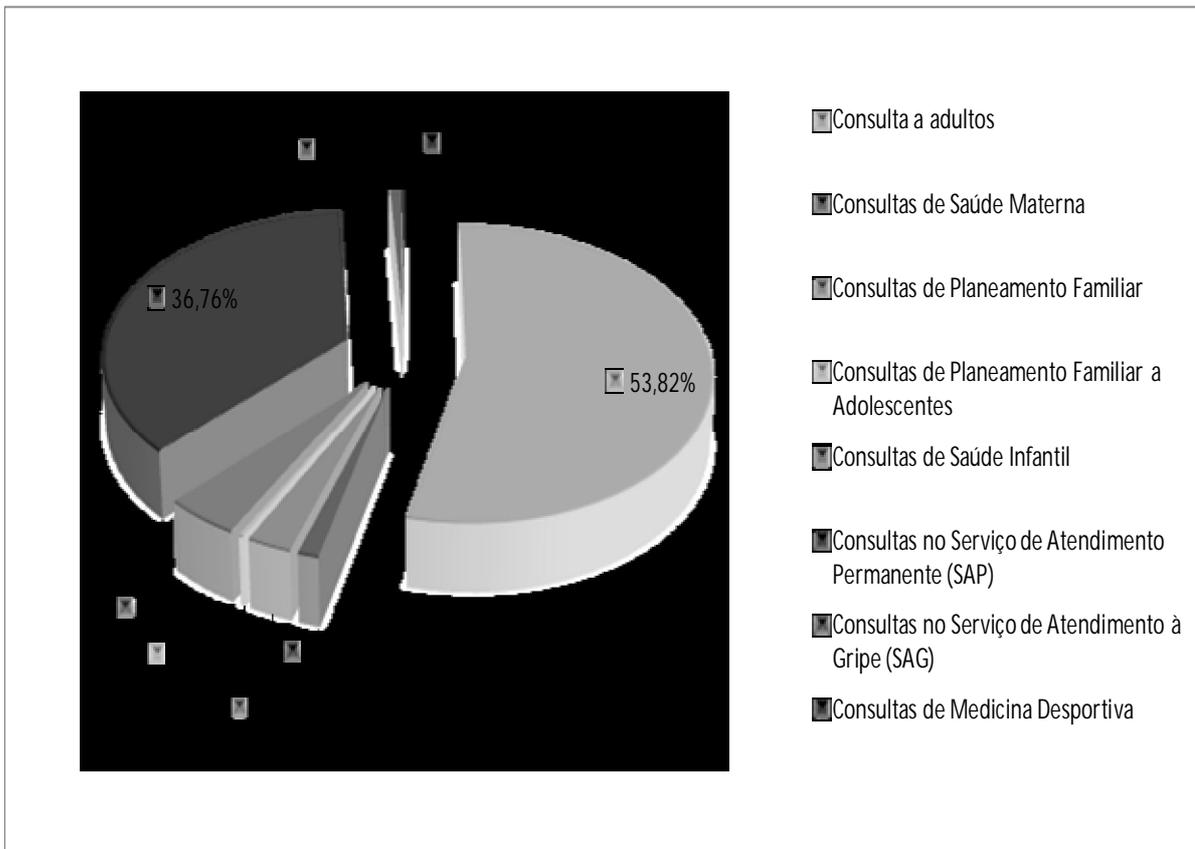


Gráfico 11 - Comparação percentual entre grupos alvo de consultas

De acordo com o gráfico 11 podemos observar que 53,82% das consultas realizadas foram a adultos, sendo que 36,76% foram consultas prestadas no Serviço de Atendimento Permanente (SAP). Observe-se ainda a distinção feita entre consultas de planeamento familiar a adultos (2,63%) e a adolescentes (0,28%).

De salientar, que muito embora a consulta de planeamento familiar para adolescentes represente apenas 0,28% do gráfico, constata-se, e segundo informações dos serviços de saúde, que a mesma tem tido procura e resposta por parte da população a que se destina.

Existe ainda no Centro de Saúde da Marinha Grande um núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR), de acordo com o Despacho nº 31292/2008 de 5/12/2008, de forma a “apoiar os profissionais nas intervenções neste domínio e cooperando com outros serviços e instituições”. A equipa da NACJR funciona dois meios dias por semana e a equipa é constituída por 1 Psicóloga, 1 Médica de Saúde Pública e 1 Enfermeira de Saúde Infantil e Pediátrica.

Relativamente à Saúde Mental, a Associação Novo Olhar acompanhou em 2009 11 indivíduos adultos com doença do Foro Mental e Psiquiátrico e ainda 23 indivíduos adultos com duplo diagnóstico.

Outro aspecto referido pela associação supramencionada é o elevado número de população infectada pelo vírus VIH no concelho. Segundo a comissão de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis, Instituto Nacional de saúde Dr. Ricardo Jorge, existem, na Marinha Grande, 75 indivíduos infectados pelo vírus VIH.

Foi também solicitada informação à Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson, uma vez que após o diagnóstico da doença podem-se registar vários níveis de limitações, que impossibilitam os indivíduos de levarem uma vida dita “normal”, quando o grau de incidência é elevado.

A Delegação Distrital de Leiria desenvolve actividades nos 6 concelhos do distrito de Leiria e tem a sua sede na Marinha Grande. Está integrada na APDPk, que é uma entidade de âmbito nacional.

Todo o trabalho da Delegação, que existe desde 2004, é no sentido de:

- o Contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos doentes de Parkinson,
- o Realizar sessões públicas de esclarecimento e de informação com a presença de médicos e outros profissionais de saúde;
- o Participar em eventos públicos para sensibilização de entidades e população;
- o Intervindo junto de empresas e de particulares para conseguir apoios para os doentes de Parkinson;
- o Promover acções de formação para cuidadores e familiares de doentes de Parkinson, médicos e fisioterapeutas;
- o Realizar encontros de associados de lazer, de convívio, passeios, ida ao teatro, piquenique, etc.
- o Realizar sessões de pintura, escultura e dança entre associados;
- o Prestar toda a informação disponível a quem a solicita, via telefone, e-mail, fax, etc., sobre a doença;
- o Disponibilizar de um Serviço de Fisioterapia Especializada para doentes de Parkinson a funcionar desde Março de 2007 na Marinha Grande e de um espaço de internet e convívio nesta cidade para os seus associados.

Num universo estimado de 900 doentes de Parkinson no distrito de Leiria a Delegação tem 115 associados, e dos 60/70 doentes do concelho da Marinha Grande temos 27 associados, dos quais 17 são doentes de Parkinson.

VI.I Problemáticas

Apesar da existência de um Centro de Saúde no concelho, integrado no ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Pinhal Litoral II, pertencente à ARS (Administração Regional de Saúde) do Centro, foram nomeadas algumas fragilidades que condicionam o bom funcionamento do mesmo, nomeadamente:

- a) Carência de Recursos Humanos especializados e outros;
- b) Problemas ao nível dos equipamentos, nomeadamente a degradação física do Centro de saúde;
- c) Existência de utentes sem médico de famílias;

Um dos aspectos apontados para esta situação é a conjuntura socioeconómica nacional que actualmente se apresenta de forma desfavorável e que condiciona a requalificação ou melhoramento destes serviços.

Relativamente aos constrangimentos apresentados pela Associação de Portuguesa de Doentes de Parkinson, estas prendem-se sobretudo com a falta de voluntários para apoio da Delegação e de alguns dos doentes, para além de outras também comuns a outras Associações como a inexistência de Centros especializados para apoio e tratamento Doentes de Parkinson.



ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ↪ 1 Centro de Saúde da Marinha Grande e 3 extensões - Garcia, Moita e Vieira de Leiria; ↪ 5 Clínicas privadas com especialidades médicas, análises clínicas (2) e centro de Imagiologia (1); ↪ 6 Laboratórios de análises clínicas; ↪ 1 Centro de Imagiologia; ↪ Associação de Dadores Benévolos de Sangue. ↪ Existência de um núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco ↪ Serviço de Atendimento Permanente em funcionamento 24 horas 	<ul style="list-style-type: none"> ↪ Carência de Recursos Humanos no serviço público de saúde; ↪ Problemas ao nível dos equipamentos; ↪ Degradação física do centro de saúde da Marinha Grande; ↪ Utentes sem médico de família;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↪ Abertura de um Centro de Imagiologia. ↪ Projectos de intervenção comunitária, promovidos por associações e IPSS do concelho, que prestam apoio na área da saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> ↪ Conjuntura económica e social desfavorável. ↪ Reformas antecipadas dos profissionais de saúde.

Dimensão de análise: **Saúde**

8. INFÂNCIA e JUVENTUDE

A Infância é uma categoria social de grande importância, que necessita de ser acompanhada de um desenvolvimento sustentado que garanta o equilíbrio integrado da criança, no decorrer da sua vida. Esta é uma fase muito significativa no processo de formação pessoal, uma vez que os valores estão em construção e precisam de ser devidamente alicerçados.

Actualmente, e devido ao desenvolvimento das sociedades - consequências da modernização - as crianças precisam de um espaço que de alguma forma "substitua" os pais ou outros responsáveis enquanto estes trabalham.

A este respeito foram criados espaços sociais, nomeadamente as creches, centros de actividades de tempos livres e outros.

No concelho da Marinha Grande existem vários equipamentos sociais com estas valências.

Valências	N.º
Creches privadas	8
Creches c/cooperação com ISS,IP	2
Centro de Actividades "Tempos Livres"	84

Das entidades que responderam podemos observar:

Valências	N.º de crianças
Creches privadas	63
Creches c/cooperação com ISS,IP	148
Centro de Actividades "Tempos Livres"	129
Centro Pedagogia Terapêutica	31

Ao nível da infância existe a resposta social Intervenção Precoce, que desenvolve e implementa um programa coordenado, interserviços e transdisciplinar de intervenção precoce, usando os recursos existentes na comunidade.

A necessidade de intervir precocemente em famílias/crianças que apresentam problemas de desenvolvimento ou sujeitas a situações de risco biológico e /ou ambiental originou a necessidade de articulação de vários serviços, no sentido de diminuir as consequências associadas a esta problemática.

Este tem como principais objectivos:

1. A manutenção de uma equipa de intervenção directa, onde se inclui a família, que promova a prestação de respostas adequadas às necessidades das famílias e crianças, numa perspectiva transdisciplinar de funcionamento em equipa, considerada a mais adequada à prática da intervenção precoce;
2. Proporcionar aos técnicos um acompanhamento sistemático e garantir a qualidade da intervenção através de reuniões periódicas de supervisão;
3. Fornecer à equipa uma formação básica, formação específica e formação contínua, fundamental para a existência de uma filosofia comum de intervenção e para a criação de capacidades de trabalho em equipa transdisciplinar;
4. Implementar uma intervenção centrada na família, com uma reflexão obrigatória sobre o papel dos técnicos e da família na equipa de intervenção directa (ambos ao mesmo nível como parceiros, com uma redefinição nas atitudes dos profissionais e na capacidade de decisão dos pais como interventores no processo);

5. Promover o desenvolvimento das crianças em colaboração com as famílias, quer nos contextos de vida diária, quer em estruturas educativas ou outras;
6. Contribuir para a sensibilização da comunidade e dos serviços para uma intervenção o mais precoce possível.

No que respeita à população alvo, são seleccionadas de acordo com critérios específicos:

- Terem preferencialmente idades dos 0 aos 3 anos, apesar de acompanhar crianças até aos 6 anos;
- Não estar integrado em estabelecimento social ou pré-escolar;
- Apresentar risco estabelecido, ou seja, problemas físicos ou mentais graves de etiologia conhecida, passíveis de originarem atrasos de desenvolvimento (ex. Síndrome de Down, anomalias cromossómicas, alterações sensoriais, microcefalia, paralisias cerebrais, etc.);
- Apresentar risco biológico, ou seja, antecedentes pessoais e familiares a nível dos períodos pré, peri e pós natais que podem resultar em problemas de desenvolvimento (ex. baixo peso à nascença, anóxia, nascimento prematuro, doença metabólica, etc.);
- Apresentar risco ambiental, ou seja, experiências precoces como cuidados maternos e familiares, cuidados de saúde, nutrição, oportunidades de estimulação física, social e de adaptação, de tal modo limitadas que implicam uma alta possibilidade de atraso no desenvolvimento;
- Apresentar risco de atraso grave de desenvolvimento, ou seja informação clínica de atraso em uma ou mais áreas do desenvolvimento fundamentada e sustentada em, pelo menos quatro fontes de informação: história do desenvolvimento da criança transmitida pelos pais; observação da interacção *pais-criança*,

avaliação das condições de saúde da criança e avaliação formal do desenvolvimento.

Além desta resposta social, existe no concelho um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental - CAFAP - que é desenvolvido através de um serviço, vocacionado para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

Segundo informações disponibilizadas, este presta apoio a 60 crianças e jovens em situações de risco.

É seu objectivo:

- Promover o estudo e a avaliação de famílias em risco psicossocial;
- Prevenir situações de perigo;
- Evitar rupturas que possam levar à institucionalização;
- Assegurar a satisfação das necessidades físicas, cognitivas, emocionais e sociais das crianças e jovens;
- Reforçar as competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar das crianças e jovens através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade;
- Promover a mediação entre a família e os serviços envolvidos para facilitar a comunicação, potenciar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades;
- Contribuir para a autonomia das famílias

VIII.1 Problemáticas

De acordo com as informações fornecidas, verificamos que as entidades entendem ter a sua actividade condicionada por diversos motivos, nomeadamente:

- a) Pouco suporte familiar;
- b) Dificuldades ao nível da Organização e Gestão Doméstica;
- c) Instabilidade emocional das crianças e/ou familiares;
- d) Incapacidade para a imposição de regras às crianças;
- e) Crianças com dificuldades de aprendizagem;
- f) Ausência de transportes para as crianças;
- g) Dificuldades financeiras para fazer face às exigências;
- h) Famílias com fracos recursos económicos para pagar as mensalidades das respectivas valências;
- i) Insuficiente nº de equipamentos com acordo de cooperação com o ISS, IP e/ou públicos;
- j) Instalações inadequadas.

Em conformidade com a Comissão Nacional, a CPCJ da Marinha Grande é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional que visa a promoção dos direitos da criança e do jovem, no sentido de prevenir ou pôr fim a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Relativamente ao volume processual da actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Marinha Grande e segundo o relatório referente ao ano de 2009, há a destacar os seguintes dados:

Volume Processual Global:

Instaurados	130
Transitados	214
Reabertos	35
Arquivados	183



Gráfico 13 - Volume processual

Volume Processual segundo a idade:

Desconhecido	48
0-2 anos de idade	65
3-5 anos de idade	60
6-10 anos de idade	99
11-14 anos de idade	67
15-17 anos de idade	40

Volume Processual segundo a escolaridade:

Desconhecido	Desconhecido	39
	1º Ciclo Ensino Básico Incompleto	1
	2º Ciclo Ensino Básico Incompleto	2
	3º Ciclo Ensino Básico Incompleto	5
	Ensino Pré-escolar	1
0 a 2 anos de idade	Desconhecido	52
	1º Ciclo Ensino Básico Incompleto	1
	Ensino Pré-escolar	12
3 a 5 anos de idade	Desconhecido	31
	1º Ciclo Ensino Básico Completo	1
	1º Ciclo Ensino Básico Incompleto	7
	Ensino Pré-escolar	20
	Outro	1
6 a 10 anos de idade	Desconhecido	47
	1º Ciclo Ensino Básico Completo	2
	1º Ciclo Ensino Básico Incompleto	35
	2º Ciclo Ensino Básico Incompleto	8
	3º Ciclo Ensino Básico Completo	1
	3º Ciclo Ensino Básico Incompleto	5
	Ensino Pré-escolar	1
11 a 14 anos de idade	Desconhecido	26
	1º Ciclo Ensino Básico Completo	2
	1º Ciclo Ensino Básico Incompleto	3
	2º Ciclo Ensino Básico Completo	2
	2º Ciclo Ensino Básico Incompleto	13
	3º Ciclo Ensino Básico Incompleto	19
	Curso Profissional Nível 2	2

15 a 17 anos de idade	Desconhecido	21
	2º Ciclo Ensino Básico Completo	4
	3º Ciclo Ensino Básico Completo	1
	3º Ciclo Ensino Básico Incompleto	7
	Curso Profissional Nível 2	2
	Curso Profissional Nível 3	3
	Ensino Secundário Incompleto	1
	Ensino superior	1

Volume Processual segundo a problemática:

Abandono	1
Abandono Escolar	39
Abuso Sexual	17
Exercício Abusivo de Autoridade	1
Expos. Modelos Comportamento Desviantes	102
Maus-tratos Físicos	22
Maus-tratos Psicológicos/Abuso Emocional	31
Mendicidade	3
Negligência	161
Prática de facto qualificado como crime	2
Consumo Estupefacientes	3



Gráfico14 - CPCJ - Tipos de Perigo

Volume Processual:

Medidas aplicadas	217
-------------------	-----

Convém salientar que 2009 foi o primeiro ano em que a estatística foi extraída da aplicação informática, a qual contém alguns erros informáticos, que estão a ser solucionados pelos técnicos informáticos do ISS, IP.

A aplicação informática não fô preenchida em alguns campos, dada as orientações da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, para que assim fosse possível extraí-la desta forma, considerando os constrangimentos temporais e os da própria aplicação.

As orientações foram no sentido de preencher as informações mínimas e obrigatórias, o que na realidade, depois se revelaram escassas e reduzidas para que a estatística fosse fidedigna. Existem alguns dados que poderão não estar totalmente correctos, no entanto são os aproximados ao trabalho desenvolvido na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.



ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ↪ Existência de duas creches com acordo de cooperação como ISS, IP, e 9 privadas; ↪ Projectos de intervenção comunitária promovidos por associações e IPSS do concelho que prestam apoio, ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e suas famílias do concelho; ↪ Acompanhamento das situações de crianças/ jovens em perigo sinalizadas pela CPCJ; ↪ Existência de um Centro de Acolhimento Temporário para crianças dos 0 aos 12 anos com capacidade para 14 crianças; ↪ Forte participação/ intervenção das Associações de Pais; ↪ Assistência às famílias prestada pelos infantários privados; ↪ Intervenção precoce em crianças dos 0 aos 6 anos de idade e respectivas famílias, assegurando as condições facilitadoras do desenvolvimento global da criança; ↪ Acompanhamento das situações de crianças/ jovens em perigo sinalizadas à CPCJ; ↪ Existência de um Centro de Acolhimento Temporário para crianças dos 0 aos 12 anos com capacidade para 14 crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> ↪ Inexistência de equipamentos públicos de apoio à infância; ↪ Necessidade de jardins-de-infância na Marinha Grande; ↪ Inexistência de uma creche de serviço nocturno para famílias que trabalham por turnos; ↪ Aumento do número de situações problemáticas envolvendo crianças/ jovens; ↪ Dificuldade das famílias em pagar as mensalidades das instituições privadas; ↪ Manutenção de um número muito elevado de situações problemáticas envolvendo crianças/ jovens.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ↪ Projectos de intervenção comunitária promovidos por associações e IPSS do concelho que prestam apoio, ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e suas famílias do concelho; ↪ Criação de uma rede de amas através do CLDS Marinha Social; ↪ Criação de duas creches no centro da cidade; ↪ Projectos de intervenção comunitária promovidos por associações e IPSS do concelho que prestam apoio, ao nível do desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e suas famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> ↪ Falta de apoios financeiros de entidades locais e regionais para criação de equipamentos dirigidos à infância; ↪ Conjuntura económica e social desfavorável.

Dimensão de análise: **Infância e Juventude**

9. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Violência doméstica é a violência explícita ou implícita, literalmente praticada, dentro de casa ou no âmbito familiar, entre indivíduos unidos por parentesco civil (marido e mulher, sogra, padrasto) ou parentesco natural pai, mãe, filhos, irmãos etc.

A violência doméstica inclui a violência e o abuso sexual contra as crianças, maus-tratos contra idosos e violência contra a mulher e contra o homem. Enfim, trata-se de um problema social que acomete ambos os sexos e não é característica exclusiva de determinado estrato social, económico, religioso ou cultural.

A violência doméstica continua a marcar o concelho da Marinha Grande. Foram solicitadas informações a 5 entidades, 4 públicas (PSP da Marinha Grande; Centro de Saúde; GNR da Vieira de Leiria e GNR de S. Pedro de Moel) e a uma IPSS, a Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande.

De acordo com os dados disponibilizados verificaram-se 124 denúncias de violência doméstica, no ano de 2009, junto das forças policiais do concelho, tal como se pode verificar no quadro que se segue:

Entidades	Nº de denúncias
GNR de Vieira de Leiria	15
GNR de S. Pedro de Moel	5
PSP da Marinha Grande	104
Centro de Saúde	0(dados não disponíveis)
Total de denúncias	124

Reconhecendo a amplitude do problema, e uma vez que só existe uma instituição com esta valência no distrito, em Pombal, a Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande, criou a Casa Abrigo a fim de dar resposta a esta problemática social.

Tem a capacidade para dar resposta a 8 situações de crise, sendo que as mulheres/mães podem fazer-se acompanhar dos seus filhos.

A Casa Abrigo para além de receber utentes com estas características e acompanhar todo o processo da mulher, prevê a criação de 10 a 12 postos de trabalho, contribuindo, deste modo, duplamente para a sociedade, ou seja, promove a qualidade de vida dos seus utentes, como também a integração ou reintegração profissional de alguns indivíduos.



ACTUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">↪ Associação Mulheres Século XXI com apoio a nível Distrital às vítimas de violência;↪ Visibilidade crescente da problemática nos media;↪ Acompanhamento da CPCJ às crianças e jovens vítimas de violência;↪ Existência de situações de violência doméstica denunciadas às forças policiais do concelho.	<ul style="list-style-type: none">↪ Receios das vítimas face a efectuarem a denúncia;↪ Insuficiente resposta a nível nacional e local para as vítimas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">↪ Abertura da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e respectivos filhos;↪ Projectos de intervenção comunitária, promovidos por associações e IPSS do concelho, que prestam apoio na área da saúde.	<ul style="list-style-type: none">↪ Conjuntura económica e social desfavorável propícia ao aumento da violência.

Dimensão de análise: **Violência Doméstica**

13 - APOIOS SOCIAIS

A Segurança Social tem patente uma série de medidas que pretendem apoiar as populações em situação de carência ou de pobreza eminente. Neste caso em particular, faremos referência às medidas relativas ao Rendimento Social de Inserção e às Pensões.

Consideramos pertinente referir estes apoios ou medidas sociais, dado a importância que cada vez mais estas assumem, tendo em conta a conjuntura nacional.

Existem também outros apoios/mecanismos sociais, que, muito embora de forma diferente, pretendem combater a exclusão social e a pobreza. Neste sentido faremos referência a Conferência São Vicente Paulo, que tem vindo a desempenhar um papel importante do ponto de vista social, no concelho da Marinha Grande.

De acordo com o Guia Prático da Segurança Social, o Rendimento Social de Inserção constitui um mecanismo de combate à pobreza e a forma de assegurar a satisfação das necessidades primárias da população mais carenciada. Consiste numa prestação incluída no Subsistema de Solidariedade no âmbito do Sistema de Protecção Social de Cidadania, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Podem requerer o Rendimento Social de Inserção os indivíduos e famílias em situação de grave carência económica e que satisfaçam as restantes condições de atribuição.

O Programa de Inserção do Rendimento Social de Inserção corresponde a um conjunto articulado e coerente de acções faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar beneficiário, que tem como objectivo promover a criação de condições necessárias à gradual autonomia das famílias através do exercício de uma actividade profissional ou de outras formas de inserção social. Este programa contempla:

- O tipo de acções a desenvolver;
- As entidades responsáveis;
- Os apoios a conceder aos destinatários;
- As obrigações assumidas pelo titular e, se for caso disso, pelos restantes membros do agregado familiar.

I - Acordos de Programa de Inserção

Os dados fornecidos pela Segurança Social indicam que a Dezembro de 2009 existiam 906 beneficiários desta medida.

N.º de Acordos de inserção	408	N.º de beneficiários abrangidos nos Acordos de Inserção	906
----------------------------	-----	---	-----

II - Caracterização de todos os Beneficiários por Idade e Sexo

De acordo com mapa abaixo, podemos verificar que existem mais mulheres a usufruir deste programa, cerca de 491 beneficiárias. No entanto, na faixa etária dos 55-64 existem mais 10 homens contemplados com esta medida.

0-5		6-18		19-24		25-34		35-44		45-54		55-64		» 65		Totais	
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
47	87	117	122	43	31	56	88	76	91	42	45	32	22	2	5	415	491

III - Distribuição de todos os beneficiários por Áreas de Inserção (com Acordo de Inserção)

As medidas associadas ao Rendimento de Reinserção Social têm subjacente diferentes áreas de inserção, ou seja, Recursos de Inserção, que pretendem, essencialmente, a inclusão dos abrangidos. Estes têm obrigações acordadas e assinadas aquando do acordo do Programa de Inserção, que quando não são cumpridas condicionam ou inviabilizam a possibilidade de continuar a usufruir do programa.

O gráfico que se segue transparece a distribuição de todos os beneficiários por áreas de inserção, destacando-se as áreas da Saúde, Acção Social e Emprego.

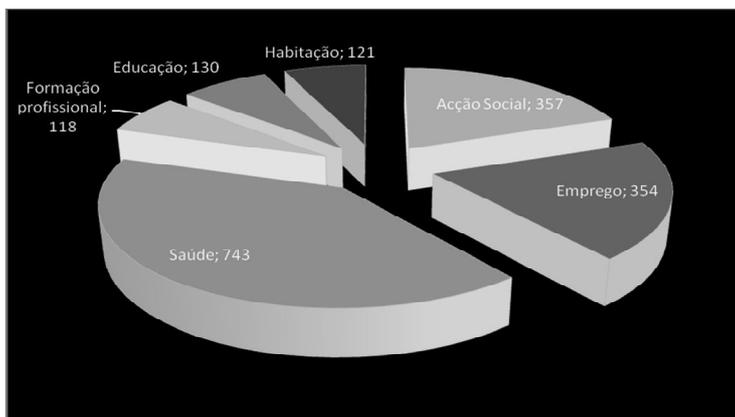


Gráfico 15: Distribuição de Beneficiários por áreas de inserção

Relativamente à atribuição do referido subsídio nas diferentes freguesias do concelho, verificamos os seguintes.

Total de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção, segundo o Sexo e Freguesia Residência

Freguesia	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
Marinha Grande	383	402	785
Moita	11	16	27
Vieira de Leiria	42	39	81
Total	436	457	893

De acordo com o gráfico que se segue podemos verificar que a freguesia da Marinha Grande regista o maior número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção, cerca de 785 indivíduos de sexo masculino e feminino, seguindo-se a freguesia da Praia da Vieira.

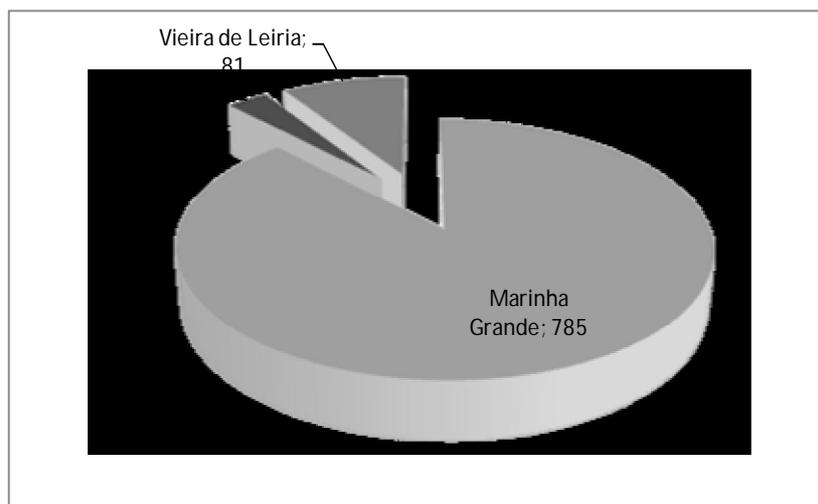


Gráfico 16: Total de beneficiários abrangidos pelo Rendimento social de Inserção, por freguesias do concelho da Marinha Grande

Relativamente ao sexo que mais beneficia desta medida social, podemos verificar que, à excepção da Freguesia da Praia da Vieira, são as mulheres que mais procuram este apoio, tal como podemos verificar no gráfico seguinte.

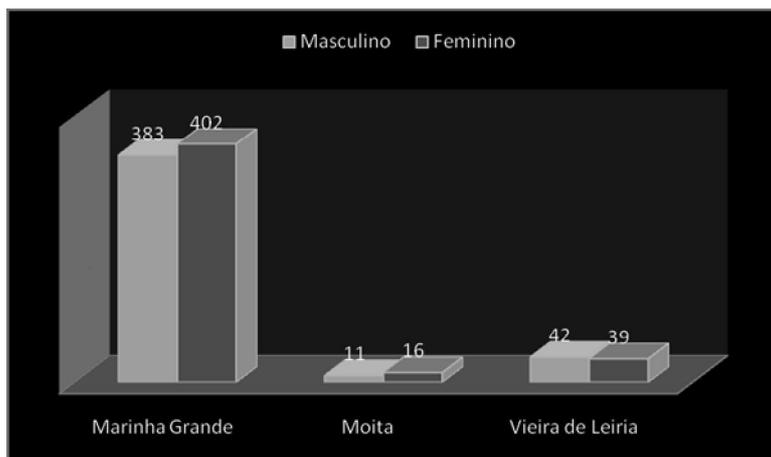


Gráfico 17: Total de beneficiários, por sexo e freguesias, abrangidos pelo Rendimento Social de Inserção, do concelho da Marinha Grande

No que concerne às idades que mais beneficiam deste apoio social verificamos que a faixa etária dos indivíduos com idade inferior a 18 anos do sexo masculino é aquela que revela maior incidência em todas as freguesias, tal como se apresenta no quadro seguinte.

Idade dos beneficiários do sexo masculino com Rendimento Social de Inserção, nas três freguesias do concelho da Marinha Grande

Freguesia	Idade dos Beneficiários													Total
	<18	18	19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	>=65	
MARINHA GRANDE	157	6	6	10	13	22	48	32	38	16	15	12	8	383
MOITA	7					1			1	1	1			11
VIEIRA DE LEIRIA	19	2	1			4	5	5	2	3		1		42
Total	183	8	7	10	13	27	53	37	41	20	16	13	8	436

No que concerne às idades que mais beneficiam deste apoio social verificamos que a faixa etária dos indivíduos com idade inferior a 18 anos do sexo feminino é aquela que revela maior incidência em todas as freguesias, tal como se apresenta no quadro seguinte.

Idade dos beneficiários do sexo Feminino com Rendimento Social de Inserção, nas três freguesias do concelho da Marinha Grande

Freguesia	Idade dos Beneficiários													Total
	<18	18	19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	>=65	
MARINHA GRANDE	128	4	8	25	33	48	29	39	23	20	15	22	8	402
MOITA	5	2		1	1	2	3		1	1				16
VIEIRA DE LEIRIA	7	1	1	3	2	2	5	4	5	1	5	2	1	39
Total	140	7	9	29	36	52	37	43	29	22	20	24	9	457

Relativamente ao tipo de famílias que recorre a esta medida, podemos verificar que os agregados nucleares com filhos são aqueles que mais procuram esta ajuda, seguindo-se, em todas as freguesias as famílias monoparentais.

Novamente verificamos que a freguesia da Marinha Grande usufrui mais desta medida, seguindo-se a Vieira de Leiria.

Total de Agregados Familiares com rendimentos, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, segundo a sua constituição e Freguesia Residência

Freguesia	Tipos de Família								Total
	Alargada	Avós com netos	Extensa	Isolado	Monoparental	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Desconhecida	
Marinha Grande	7		2	9	53	60	13	17	161
Moita					2	6			8
Vieira de Leiria	1		1	2	7	7	2	2	22
Total	8		3	11	62	73	15	19	191

No que refere às famílias ou agregados familiares sem rendimentos que usufruem desta medida, verificamos que as famílias isoladas são aquelas que mais acodem ao rendimento social de Inserção, cerca de 105, sendo que 98 registam-se na freguesia da Marinha Grande.

Total de Agregados Familiares sem rendimentos, beneficiários de Rendimento Social de Inserção, segundo a sua constituição e Freguesia de Residência

Freguesia	Tipos de Família								Total
	Alargada	Avós com netos	Extensa	Isolado	Monoparental	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Desconhecida	
Marinha Grande	2	1	2	98	25	16	9	38	191
Moita				1	1				2
Vieira de Leiria				6	3	1	1	2	13
Total	2	1	2	105	29	17	10	40	206

De acordo com os dados disponibilizados pela Segurança Social foi possível aferir que o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção tem vindo a aumentar, nas três freguesias, ao longo dos anos, tal como podemos verificar no quadro que se segue. Na freguesia da Marinha Grande, de 2004 para 2009, verificou-se um aumento de pelo menos 816 casos.

Evolução do número total de beneficiários, por freguesia, de Rendimento Social de Inserção, entre 2004 e 2009

Freguesia	Total de Beneficiários						
	Anos correspondentes						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Marinha Grande	167	404	624	735	831	983	3744
Moita	2	4	14	22	23	34	99
Vieira de Leiria	11	38	81	114	131	142	517
Total	180	446	719	871	985	1159	4360

O gráfico que se segue permite-nos visualizar mais facilmente o aumento da atribuição deste subsídio, o que pode estar relacionado com aumento do desemprego no concelho, associado ao encerramento de fábricas ou outras entidades, que aliando a disfuncionalidades já existentes no agregado, enfraquecem a sustentabilidade familiar.

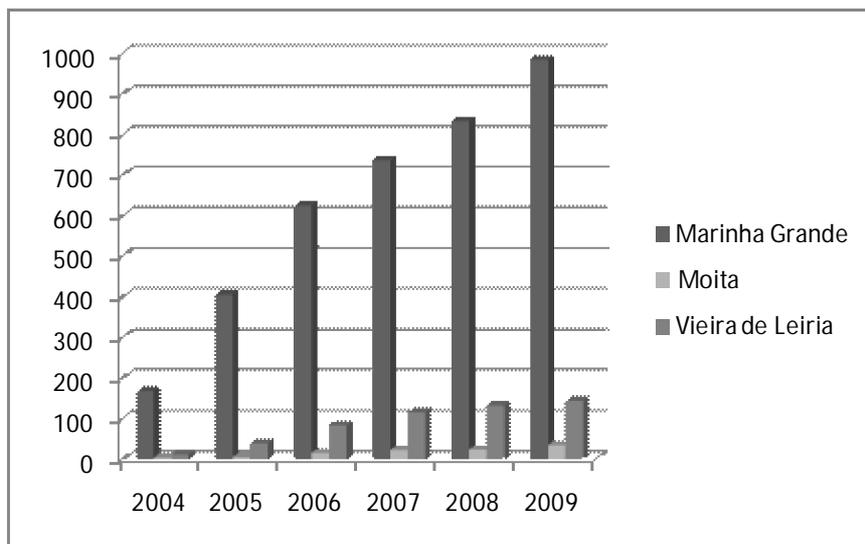


Gráfico 18: Evolução do número total de beneficiários, por freguesia, de Rendimento Social de Inserção, entre 2004 e 2009

O valor da prestação do Rendimento Social de Inserção depende de vários factores, designadamente, o número de pessoas do agregado familiar, os rendimentos e as despesas com a habitação. O quadro seguinte diz-nos que a família extensa é aquela cujo valor do subsídio é mais elevado.

Valor médio de prestação de Rendimento Social de Inserção por agregado familiar nas três freguesias do concelho

Freguesia	Tipos de Família							
	Alargada	Avós com netos	Extensa	Isolado	Monoparental	Nuclear com filhos	Nuclear sem filhos	Desconhecida
Marinha Grande	180,84	280,77	467,02	196,12	297,38	365,21	260,71	310,09
Moita				187,18	218,02	262,17		
Vieira de Leiria	57,04		300,75	173,43	168,59	283,02	286,90	261,63

(...)

A Conferência de S. Vicente de Paulo, do concelho da Marinha Grande, desenvolve a sua acção junto da população mais desfavorecida da Freguesia da Marinha Grande - nas Freguesias da Moita e Vieira de Leiria outros organismos desempenham as mesmas tarefas - através de um grupo de 22 voluntários. Embora desde a sua fundação, em 1924, se encontre ligada à Igreja Católica, a sua acção, por força das normas internas, abrange qualquer cidadão, nacional ou estrangeiro, independentemente do seu credo religioso, raça ou filiação partidária. A única condição necessária é que se encontre em situação de fragilidade social e, no que respeita à situação económica, que esta se enquadre nas normas sugeridas pelos serviços da Segurança Social.

A fim de evitar situações de injustiça social e tendo em atenção que os bens são cada vez mais escassos, todas as situações sócio - familiares são objecto de análise técnica por uma Assistente Social voluntária.

Actividades desenvolvidas:

1. Recepção / recolha / aquisição e distribuição de bens Alimentares: Banco Alimentar Contra a Fome, Cidadãos anónimos, PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados);
2. Implementação estratégica dos pedidos do Banco Alimentar Contra a Fome: Contactos com 7 superfícies comerciais, Selecção de voluntários, Constituição de 38 equipas (3 pessoas cada);
3. Recolha e distribuição de vestuário e calçado;
4. Recolha e distribuição de outros bens = mobiliário, electrodomésticos, etc;
5. Visitação domiciliária a idosos e dependentes isolados.

A distribuição de bens alimentares, vestuário, calçado, mobiliário e outros bens pode ser feita em sede própria ou no domicílio dos cidadãos sempre que estes não tenham capacidade para se deslocarem.

De acordo com dados disponibilizados, em 2009, verificaram-se as seguintes acções sociais:

1. Distribuição de bens alimentares:

- A. A execução do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados é da responsabilidade do Centro Distrital de Leiria - ISS, IP, que conta com a participação das entidades/instituições de cada concelho.

A ADESER é o Pólo de Recepção e em simultâneo Instituição Mediadora, recepcionando e distribuindo os produtos pelas Instituições Mediadoras/Beneficiárias, em conformidade com o Plano de Distribuição, remetido pelo Centro Distrital e respectivas credenciais.

O Programa inclui duas fases de distribuição, porém, desde 2008 e, e em virtude da alteração de alguns procedimentos inerentes ao mesmo, tem decorrido apenas numa fase única. Deste modo, os produtos têm sido recebidos em Setembro e Novembro, e a sua total distribuição pelos beneficiários tem sido efectuada até Fevereiro do ano seguinte.

A ADESER tem tido a colaboração, no terreno, dos voluntários da CSVP para a execução do Programa que inclui a Recepção, Armazenagem e Distribuição.

Na freguesia de Vieira de Leiria conta com a colaboração da Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria.

- Famílias da ADESER abrangidas: 290
- Total de beneficiários: 786

B. Banco Alimentar Contra a Fome:

Os bens recebidos do BACF são notoriamente insuficientes para satisfazer as necessidades mensais, pelo que a CSVP se vê obrigada a adquirir pelos seus próprios meios, no comércio local, os bens em falta. As verbas utilizadas são fruto das cotizações dos seus associados, de donativos de particulares e dos peditórios efectuados nas missas dos funerais.

1. Famílias abrangidas exclusivamente pelo Banco: 286

- Famílias portuguesas - 243
- Famílias de imigrantes - 16
- Famílias de etnia cigana - 27

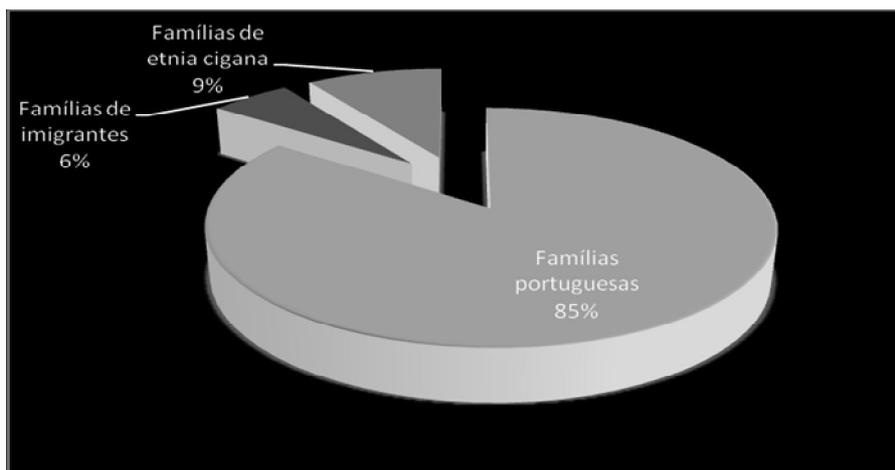


Gráfico 19 - Famílias abrangidas pelo Banco Alimentar

2. Nº de cidadãos: 706

- Cidadãos nacionais - 538
- Imigrantes - 55 (moldavos, ucranianos, russos, indianos, africanos, etc.)

- Etnia cigana - 113

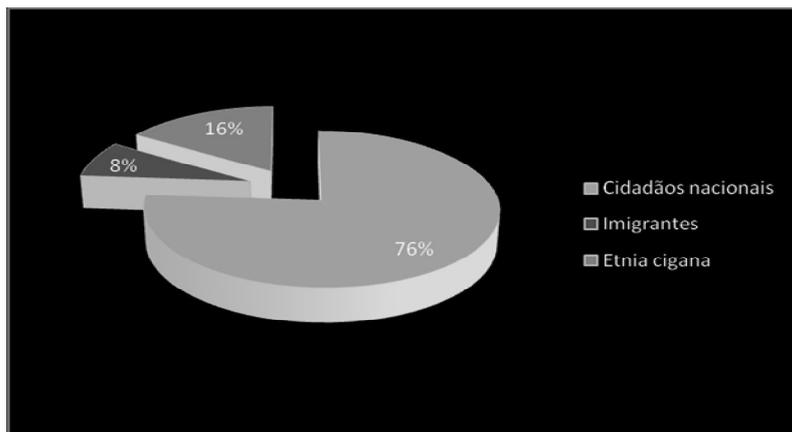


Gráfico 20 - N° cidadãos abrangidos pelo BACF

Durante o ano de 2009, foi prestado apoio alimentar a 530 famílias, num total de 1354 cidadãos.

De referir ainda que, das 244 famílias abrangidas pelo PCAAC, apenas 77 não solicitaram outro apoio. E, para se ter ainda uma ideia mais fiel das carências destas famílias, apresentamos o número de vezes em que as restantes 167 receberam apoio do Banco Alimentar.

Nº vezes /apoio	Um Mês	Dois meses	3 meses	4 meses	5 meses	6 meses	7 meses	8 meses	9 meses	10 meses	12 meses
Nº Famílias	29	23	20	17	17	16	17	10	12	4	2

No que respeita às famílias abrangidas exclusivamente pelo Banco Alimentar - 286 - é significativo o número de vezes no ano que procuraram apoio.

Nº vezes apoio	Um Mês	Dois meses	3 meses	4 meses	5 meses	6 meses	7 meses	8 meses	9 meses	10 meses	11 meses	12 meses
Nº Famílias	81	48	37	27	22	17	18	14	14	5	2	1

Outra Instituição Social que apoia população carenciada no concelho é o Serviço Caritativo da Acção Social da Paroquia de Nossa senhora dos Milagres, sito em Vieira de Leiria.

Este serviço conta com o apoio de 12 voluntários, realizando atendimento duas vezes por semana, designadamente às 3^a e 5^a feiras. Pretende ouvir quem necessita, entregar roupas e alimentos uma vez por mês, a todas as pessoas que vivam isoladas, sem família, com necessidades de bens materiais, com más condições de habitabilidade, saúde e higiene.

Em 2009, apoiou cerca de 49 famílias, abrangendo um total de 139 indivíduos. Recolhe ainda bens, tais como mobílias, electrodomésticos, em condições de serem reutilizados para distribuir à população alvo. Em casos pontuais este serviço também apoia na aquisição de medicamentos. No Natal de 2009 e na Páscoa de 2010 procederam à distribuição de cabazes alimentares, num total de 104, beneficiando cerca de 223 pessoas carenciadas.

Segundo as informações disponibilizadas por esta entidade, tem para emprestar cinco camas articuladas, sete cadeiras de rodas e um andarilho.

O Serviço colabora com:

- o Segurança Social no Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC);
- o Centro Social;
- o Banco Alimentar nas campanhas de recolha de alimentos 2 vezes por ano e distribuição mensalmente destes bens pela população alvo;
- o Caritas Diocesana;
- o Colónia de férias;
- o Campanhas diversas.

IV - PLANO ESTRATÉGICO DE ACÇÃO

Após a análise às diferentes dimensões e de acordo com a presente adenda, foram redefinidas as prioridades de actuação no concelho de Marinha Grande.

Neste sentido, tal como referimos inicialmente, foi utilizado o Modelo de Eisenhower que nos permite visualizar os graus de prioridade face à importância/urgência de cada categoria.

